

A construção colonial do monolinguismo e seu impacto no desenvolvimento das línguas africanas

The colonial construction of monolingualism and its impact on the development of African languages

La construcción colonial del monolingüismo y su impacto en el desarrollo de las lenguas africanas

Rajabo Alfredo Mugabo Abdula¹
 0000-0003-4120-7182

RESUMO: Os países africanos apresentam uma enorme diversidade linguística, o que torna comum que um africano fale duas ou três línguas de seu país. Durante o período colonial, línguas europeias foram instituídas como línguas oficiais, as línguas africanas, por sua vez, passaram a ter um status hierarquicamente inferior em relação às línguas europeias. Diante dessa situação, este trabalho se propôs a analisar a construção ideológica de uma sociedade monolíngue imposta pelos europeus durante o período colonial na África e seu impacto sobre as línguas africanas. Com base em dados obtidos de materiais escritos sobre o tema, constatamos que a construção colonial do monolinguismo teve e continua a ter impacto no desenvolvimento das línguas africanas, visto que, após as independências dos países africanos, a política linguística colonial foi mantida, com as línguas de origem europeia continuando a ser utilizadas como línguas oficiais, enquanto as línguas africanas passaram a ser vistas como um obstáculo para a união dos povos e o desenvolvimento das nações.

PALAVRAS-CHAVE: Construção colonial; Monolinguismo; Línguas Africanas.

ABSTRACT: African countries exhibit a vast linguistic diversity, making it common for Africans to speak two or three languages from their country. During the colonial period, European languages were established as official languages; African languages, in turn, came to have a hierarchically inferior status compared to European languages. Considering this situation, this work aims to analyze the ideological construction of a monolingual society imposed by Europeans during the colonial period in Africa and its impact on African languages. Based on data obtained from written materials on the subject, we found that the colonial construction of monolingualism had and continues to impact the development of African languages. After the independence of African countries, the colonial language policy was maintained, with European-origin languages continuing to be used as official languages.

¹ Pós-doutorando em Sociolinguística pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP, membro dos grupos de pesquisa SoLAR e LINBRA/UNESP, bolsista produtividade PROPE/UNESP. E-mail: rajabo.abdula@unesp.br

African languages came to be seen as an obstacle to the unity of peoples and the development of nations.

KEYWORDS: Colonial Construction; Monolingualism; African Languages.

RESUMEN: Los países africanos presentan una gran diversidad lingüística, lo que hace común que un africano hable dos o tres lenguas de su país. Durante el período colonial, se establecieron lenguas europeas como lenguas oficiales; las lenguas africanas, por su parte, pasaron a tener un estatus jerárquicamente inferior en relación con las lenguas europeas. Ante esta situación, este trabajo se propuso analizar la construcción ideológica de una sociedad monolingüe impuesta por los europeos durante el período colonial en África y su impacto sobre las lenguas africanas. Con base en datos obtenidos de materiales escritos sobre el tema, constatamos que la construcción colonial del monolingüismo tuvo y continúa teniendo un impacto en el desarrollo de las lenguas africanas, ya que, tras las independencias de los países africanos, se mantuvo la política lingüística colonial, con las lenguas de origen europeo continuando siendo utilizadas como lenguas oficiales, mientras que las lenguas africanas pasaron a ser vistas como un obstáculo para la unión de los pueblos y el desarrollo de las naciones.

PALABRAS CLAVE: Construcción Colonial; Monolingüismo; Lenguas Africanas.

Introdução

O continente africano é um exemplo do multilinguismo; não se sabe ao certo quantas línguas são faladas em todo o continente, de acordo com *Ethnologue*, estima-se que existam entre 1000 e 2000 línguas ou até mais de 2000 línguas faladas. Antes de entrarem em contato com outros povos, principalmente os europeus, os africanos coabitavam os mesmos espaços geográficos em grupos étnicos e linguísticos distintos. Antecedentemente ao mapa político da África ser desenhado no final do século XIX, os vários grupos étnicos viviam num estado de autonomia uns em relação aos outros, isto é, cada grupo étnico tinha seu próprio governo (instituições políticas e administrativas), sua língua única e, frequentemente, seus valores culturais únicos, e constituíam seus Estados (Obeng; Adegbia, 1999). Independentemente de os povos africanos terem suas particularidades culturais e linguísticas, é importante referir que sempre viveram em contato com várias línguas, visto que a existência de várias línguas no mesmo espaço geográfico é frequente na realidade africana.

A ocupação colonial da África pelos europeus impactou profundamente a vida dos africanos, provocando a desintegração das estruturas políticas, sociais,

econômicas e linguísticas pré-existentes. A definição arbitrária das atuais fronteiras, motivada pelos interesses imperialistas, resultou na separação de grupos étnicos e linguísticos que anteriormente pertenciam ao mesmo estado e passaram a integrar estados distintos. Nesse contexto, a chegada dos colonizadores europeus ao continente, aliada à política linguística que elevava as línguas europeias à condição de línguas superiores, introduziu um conceito inexistente nas relações entre as línguas africanas. Essa política desencadeou, entre outros efeitos, “um rearranjo do relacionamento entre as línguas existentes” (Petter, 2015, p. 1993).

As políticas traçadas sobre as línguas africanas no período colonial foram fundamentais para a situação em que elas permaneceram durante todo esse período e como elas foram tratadas depois das independências dos países africanos, sobretudo, nos países ao sul do Saara. No período colonial, a maioria das línguas africanas perdeu o estatuto de língua e passaram a ser chamadas de “dialetos”; tal fato fez com que elas não fossem faladas em espaços onde apenas deveriam ser faladas “línguas” como o francês, português, inglês, alemão etc. As escolas, sobretudo as escolas católicas - instituições responsáveis pela educação no período colonial -, eram um desses lugares onde as línguas africanas não podiam ser usadas, principalmente nas colônias portuguesas onde a proibição do ensino das línguas nativas foi feita através de decretos; porém, ao mesmo tempo, a renúncia da cultura e da língua nativa e a adoção da cultura e da língua europeia eram requisitos para aqueles africanos que pretendiam ter acesso ao ensino elementar e ascender à categoria de gente “civilizada”.

Essa atitude visava instaurar uma cultura monolíngue, promovendo as línguas e culturas europeias por meio da imposição de uma língua oficial em cada colônia, o que contrastava com o multilinguismo característico das sociedades africanas. Mesmo após a independência dos países africanos, essa visão hierárquica, que posiciona as línguas africanas de forma inferior em relação às línguas europeias, continua prevalecendo na sociedade africana. Esse cenário tem contribuído para uma fraca valorização e desenvolvimento das línguas africanas para seu uso em áreas como ciência, tecnologia e sua institucionalização como línguas oficiais em muitos países da África subsaariana.

O objetivo deste trabalho² é analisar a construção ideológica de uma sociedade monolíngue imposta pelos europeus durante o período colonial na África, sobretudo através da educação, e seu impacto sobre as línguas africanas, tanto antes quanto depois das independências. Entendemos por "construção ideológica" em contextos africanos, especialmente no contexto do histórico colonial, como processos pelos quais narrativas, estruturas de poder e sistemas simbólicos foram criados ou moldados para justificar e perpetuar o domínio colonial. Essas construções ideológicas influenciaram profundamente as sociedades africanas, moldando identidades, relações de poder e modos de organização cultural, social e linguística. Em termos metodológicos, o estudo se fundamenta em literatura científica e histórica que discute a política linguística no contexto colonial e pós-colonial, através de análise documental, estudo comparativo e análise crítica contextual.

Nossa análise baseia-se em fontes escritas, como livros, artigos científicos, legislações e decretos, que discutem o tema, com o intuito de compreender como foram formuladas e implementadas as políticas linguísticas nos períodos colonial e pós-colonial, e sua aplicação em setores como educação e demais áreas da vida política, econômica e social.

Ensino das línguas africanas no período colonial

Podemos dividir a política linguística vigente no período colonial em dois grupos de países: países que eram a favor e países que eram contra, dependendo de sua atitude em relação às línguas nativas africanas (Ansre, 1978). Bélgica, Alemanha e Grã-Bretanha eram a favor, enquanto Portugal, Espanha e França eram contra. De acordo com Ansre (1978), os países que eram contra o uso das línguas indígenas acreditavam em um modelo de assimilação do colonialismo, no qual a capacidade de falar a língua metropolitana era um aspecto essencial da "civilização" que transmitiam aos africanos.

² Parte deste trabalho é resultado de pesquisa de doutorado defendida na Unesp em 2021.

Países contra o ensino das línguas africanas

Este grupo de países não só limitava o uso de outras línguas dentro das colônias, mas também não permitia que elas fossem usadas nas escolas. Portugal e França tinham sua política sobre o uso das línguas claramente definida em decretos. O uso do português, por exemplo, tinha o cunho legal no Decreto 77, emitido pelo então Alto-comissário senhor Norton De Matos, em Luanda, Angola, em 1921, o qual proibia o ensino de outras línguas estrangeiras e línguas nativas, permitindo apenas o uso e ensino do português em Angola (Angola, 1921). Em Moçambique, o *Acordo Missionário* de 7 de Maio de 1940 e o *Estatuto Missionário* de 1941, instituíam que o ensino deveria ser feito apenas através da língua portuguesa.

Quer para os colonos portugueses, quer para os colonos franceses, as línguas nativas africanas não eram consideradas línguas de civilização, mas sim dialetos, como descreve Davesne sobre a posição da França em relação às línguas nativas africanas: “[...] *les dialectes africains ne sont pas des langues de civilisation*” (Davesne, 1933, p. 6). Ao não reconhecer as línguas africanas como línguas se estabelecia uma hierarquia entre as línguas de “civilização” consideradas “línguas” e as línguas de “não-civilização” consideradas de “não-línguas”. Embora existissem países que eram a favor do uso das línguas nativas, a política de hierarquização das línguas foi estabelecida em todas as colônias africanas.

Os países que eram contra o ensino das línguas africanas adotaram uma política de assimilação. Ao seguir uma política de assimilação total, o objetivo desses países era transformar todos e cada um de seus súditos na África em uma perfeita réplica linguística e cultural do cidadão correspondente em seus respectivos países de origem na Europa (Awobuluyi, 2013).

Os países a favor do ensino das línguas africanas

Os países que eram a favor do uso das línguas indígenas, liderados pela Grã-Bretanha, permitiam que o povo usasse suas línguas, desde que fosse produzido um quadro administrativo de nível elementar. Os ingleses demonstraram

tolerância linguística na medida em que permitiram que línguas indígenas africanas fossem usadas como meio de instrução para os primeiros três a quatro anos da escola primária e depois ensinados posteriormente como disciplina escolar, se desejado (Awobuluyi, 2013).

A Grã-Bretanha ao permitir o uso das línguas africanas, não tinha como objetivo o desenvolvimento dessas línguas ou a formação de africanos intelectuais. Uma declaração britânica na Índia - embora aplicável também ao caso africano - justificava a educação colonial como um meio de criar “[...] uma classe que pode ser intérprete entre nós e os milhões que governamos; uma classe de pessoas, indianas em sangue e cor, mas inglesas em gosto, em opiniões, em moral e em intelecto³” (Watson, 2007).

A abertura da política britânica em relação às línguas africanas, de acordo com Albaugh (2004), deveu-se a duas razões. Primeiro, a educação na África Britânica começou com a presença de missionários, principalmente protestantes, cujos esforços de evangelização pressupunham alcançar os africanos através de suas línguas nativas. Esses missionários eram relativamente independentes da supervisão britânica. Em segundo lugar, o governo britânico foi influenciado pela recomendação da Comissão Phelps-Stokes, que visitou vários territórios na África em 1920/21, e sugeriu que as escolas se adaptassem às realidades locais, inclusive usando as línguas locais, como se pode ver no texto.

Os elementos a serem considerados na determinação das línguas de instrução são: (1) que todos os povos têm um direito inerente à sua língua nativa; (2) que a multiplicidade de línguas não deve ser tal que promova mal-entendidos e desconfiança entre pessoas que deveriam ser amigáveis e cooperativas; (3) que todos os grupos possam se comunicar diretamente com aqueles a quem o governo é confiado; e (4) que um número crescente de nativos conheça pelo menos uma das línguas das nações civilizadas [...] São oferecidas as seguintes recomendações como sugestões para orientar governos e educadores na determinação dos procedimentos usuais na maioria das colônias africanas:

1. A língua tribal deve ser usada nos níveis ou séries iniciais do ensino fundamental.
2. Uma língua franca de origem africana deve ser introduzida nas classes intermediárias da escola, caso a área seja ocupada por grandes grupos nativos que falem línguas diversas.

³ “a class who may be interpreters between us and the millions whom we govern; a class of persons, Indian in blood and colour, but English in taste, in opinions, in morals, and in intellect”.

3. A língua da nação europeia em controle deve ser ensinada nos níveis superiores (Jones, 1925, p. 26)⁴.

Não era do interesse britânico, e por isso não fazia parte da sua política, a formação e capacitação de nativos para que pudessem alcançar alto nível de proficiência em inglês ou o desenvolvimento de uma língua indígena comum que fosse capaz de ser usada pelos nativos e pelos britânicos. Embora os britânicos permitissem que o povo usasse suas línguas, a permissão era baseada numa política de “dividir para reinar”, apoiando as línguas dominantes em suas colônias (Brenzinger, 1992), porém, mantendo a língua europeia como a língua de prestígio. Pode-se resumir a política colonial na educação na África da seguinte forma:

- Países colonizados pela França foram ensinados a língua francesa em todos os níveis, ou seja, foi uma imersão total no sistema francês;
- Países colonizados pelos espanhóis e portugueses tiveram uma experiência semelhante;
- Nos países colonizados pelos ingleses, o uso de línguas indígenas era tolerado nos primeiros anos de educação formal, enquanto a língua inglesa era incentivada no ensino superior (Orekan, 2010, p. 19).

Depois da independência dos países africanos

Com as independências dos países africanos nas décadas de 1960 e 1970, a educação passou para a responsabilidade dos governos africanos saídos das independências. A política imperativa na época era a massificação do acesso à educação para que mais africanos tivessem acesso à educação formal, não só por uma questão de direito, mas também porque a maioria desses países tinha falta de

⁴ The elements to be considered in determining the languages of instruction are (1) that every people have an inherent right to their Native tongue; (2) that the multiplicity of tongues shall not be such as to develop misunderstandings and distrust among people who should be friendly and cooperative; (3) that every group shall be able to communicate directly with those to whom the government is entrusted; and (4) that an increasing number of Native people shall know at least one of the languages of the civilized nations. ... The following recommendations are offered as suggestions to guide governments and educators in determining the usual procedures in most African colonies: 1. The tribal language should be used in the lower elementary standards or grades. 2. A lingua franca of African origin should be introduced in the middle classes of the school if the area is occupied by large Native groups speaking diverse languages. The language of the European nation in control should be taught in the upper standards (Jones, 1925, p. 26).

recursos humanos capazes de responder às necessidades existentes para erguer uma nova nação em construção. O desafio que se colocava aos novos governos africanos era como fazer com que o ensino fosse abrangente, que não fosse apenas privilégio de um grupo de pessoas que vivem nos centros urbanos, mas que, também, estivesse ao alcance da maior parte da população que vive nas zonas rurais. E qual seria a língua a ser usada para o ensino num cenário em que o sistema educacional herdado do colonialismo era feito numa língua que a maior parte da população não fala? A solução para a questão linguística da maioria dos países foi adotar a língua dos ex-colonos como língua oficial, assim sendo, línguas como inglês, francês e português passaram a ser línguas oficiais em países como Nigéria, Senegal e Moçambique.

Quase todos os países africanos, sobretudo os da África subsaariana, adotaram apenas uma língua oficial que é a de origem europeia, com exceção de África do Sul, Somália e Etiópia que, para além do inglês, adotaram o *afrikaans*, o somali e o amárico. As razões da escolha dessas línguas foram meramente políticas e os principais argumentos apresentados para sua escolha são:

- a) As línguas europeias, contrariamente às línguas africanas, possuíam uma literatura e história documentadas, além disso apresentavam um valor simbólico com instrumentos linguísticos definidos como a escrita, a gramática e o dicionário.
- b) As línguas europeias reuniam condições para serem usadas como língua de contato internacional entre os países africanos e os restantes países do mundo.
- c) Escolhendo língua europeia como língua oficial se evitariam problemas causados caso fosse escolhida uma língua africana do país, e evitaria a valorização e ascensão de um grupo étnico em detrimento dos outros. Partindo dessa visão, a alternativa viável foi a escolha da língua do colonizador, considerada como neutra.

Tornar as línguas europeias como línguas oficiais dos países africanos nunca foi algo questionável pelas elites políticas africanas da época, pelo contrário, as línguas europeias sempre foram bem-vistas, como se pode constatar nas palavras de Amílcar Cabral, líder do movimento independentista de Guiné-Bissau e Cabo

Verde, em relação à língua portuguesa: “[...] o português é uma das melhores coisas que os *tugas* nos deixaram em 500 anos de colonialismo” (Cristovão, 2005, p. 653).

O que se verificou, pelo menos nos primeiros anos após a independência dos países africanos, foi a continuidade da mesma política linguística usada no período colonial, ou seja, as línguas africanas continuaram no mesmo lugar de onde estiveram durante todo o período colonial, e as línguas de origem europeia continuaram a ter hegemonia sobre todas as outras línguas africanas. No entanto, com o andar do tempo e com a tomada de consciência dos países africanos sobre a necessidade de valorização das línguas africanas e pelo papel que essas línguas poderiam desempenhar na alfabetização da população, novos cenários foram surgindo, novas iniciativas foram aparecendo e um novo olhar sobre as línguas africanas começou a surgir. A importância do ensino das línguas africanas começa a ganhar relevância em diferentes países africanos, com uma implementação incipiente e tímida em alguns casos. Essa nova fase sobre as línguas africanas foi acompanhada de campanhas tais como:

- campanha de educação na língua materna;
- descolonização da educação;
- educação para o “renascimento africano”.

A partir da década de sessenta, década em que os países africanos começaram a alcançar as independências nacionais e, com a criação da OUA (Organização da Unidade Africana) em 1963, começaram a ser realizados encontros regulares dentro do continente africano com objetivo de discutir a situação das línguas e culturas africanas e analisar a importância dessas línguas para a educação. Apesar desses encontros só terem iniciado na África na década de sessenta, como dissemos anteriormente, há registro de ter havido um encontro em 1930, em Londres, que visava criar uma ortografia para as línguas africanas.

Começa a haver um despertar sobre a necessidade do ensino das línguas africanas visando reverter o cenário menos favorável em que essas línguas se encontravam. Foi um período durante o qual foram feitos esforços para fazer com que os países africanos aceitassem que a língua materna fosse desenvolvida para fins educacionais. Foi também um período de iniciativas ousadas com decisões inovadoras envolvendo a escolha de línguas nacionais e seu desenvolvimento

integral para uso na educação básica e alfabetização (Orekan, 2010). Em vários países o ensino das línguas nativas teve avanço significativo, como é o caso de Ioruba, Hausa e Igbo na Nigéria, Setswana no Botswana, Kishwaili na Tanzânia e Quênia, Wolof no Senegal, Bambara no Mali e Bamileke na Costa do Marfim, para citar alguns casos de sucesso conhecidos. De acordo com Orekan (2010, p. 17), este sucesso se deve à grande conscientização através de pesquisa e do esclarecimento em curso na África, e às facilidades de financiamento da UNESCO e ao interesse dos linguistas e cientistas sociais mundiais na situação linguística africana. No entanto, apesar de ter havido avanço no ensino das línguas africanas na África, o que já foi alcançado é muito pouco em relação ao que deveria ter sido alcançado, pois, de acordo com a UNESCO (2010), a África é o único continente onde a maioria das crianças começa a escola usando uma língua estrangeira, o que significa dizer que a maioria das crianças africanas vai à escola e aprende usando uma língua que não é a sua língua materna, não é a língua de seus pais e nem da comunidade onde vivem.

Embora tenha havido um ligeiro avanço das línguas africanas no que diz respeito à política de ensino, elas continuam muito abaixo do nível em que deveriam estar, considerando o número de línguas e de falantes dessas línguas. Vários fatores estão por trás do atual cenário pouco favorável em que essas línguas se encontram, a saber: herança colonial (Awobuluyi, 2013; Bamgbose, 2011); percepção negativa sobre o multilinguismo (Awobuluyi, 2013; Bamgbose, 2011); níveis de desenvolvimento das línguas; integração nacional; modernização e desenvolvimento econômico; globalização (Bamgbose, 2011); atitudes linguísticas negativas (Bamgbose, 2011, Phillipson, 1996); e planejamento linguístico defeituoso (Bamgbose, 2011).

Herança colonial

A situação em que se encontram as línguas africanas hoje tem grande influência da política linguística colonial, como viemos destacando ao longo deste trabalho, que, infelizmente, depois da independência a mesma política continua

prevalecendo e as línguas coloniais continuam sendo as únicas línguas oficiais na maioria dos países africanos, apesar da existência de outras línguas que coabitam no mesmo espaço geográfico. Em Moçambique, “[...] à semelhança das autoridades coloniais, o poder da época também não contemplou o uso das línguas moçambicanas em domínios oficiais, exceto nas transmissões radiofônicas” (Sitoe, 2014, p. 33-43).

Para Bamgbose (2011), a perpetuação do baixo status das línguas africanas se deve a dois fatores. Primeiro, as elites africanas passaram a deter o monopólio da língua e do poder e houve resistência da sua parte para estender esse poder a outros grupos, o que significa dizer que, para o contexto africano, língua tem sido um meio para acesso e manutenção do poder, e para ter acesso ao poder, inicialmente, de acordo com Firmino (2005), os estados pós-coloniais procuraram criar elites locais através de controle de sistema burocrático, e as competências “[...] linguísticas e outras adquiridas através da escolarização, que as tornaram um grupo particular com interesses específicos dentro do estado colonial, foram as que usaram para legitimar o seu acesso e controlo burocrático do Estado pós-colonial” (Firmino, 2005, p. 90). Segundo, as políticas e práticas do período colonial continuam a determinar políticas e práticas pós-coloniais.

E uma das indicações que mostra a continuidade das políticas e práticas coloniais, segundo o autor, são as línguas oficiais dos países africanos, pois dos 54 países existentes, as línguas nativas africanas são reconhecidas como línguas oficiais em apenas 10 países, o árabe em 9 e os restantes 46 países adotaram como línguas oficiais o francês - em 21 países -, o inglês - em 19 -, o português - em 5 -, e o espanhol em 1. A adoção dessas línguas como oficiais pode ter sido influenciada pelo *status* que as referidas línguas tiveram no período colonial em relação às línguas africanas e a lavagem cerebral que os africanos sofreram em relação às suas línguas nativas. No entanto, esse não deve ser argumento suficiente para manter as línguas nativas africanas no *status* em que se encontram, porque, segundo Awobuluyi (2013), os povos do norte da África e do sudeste da Ásia, que foram colonizados de forma parecida devem ter sofrido uma lavagem cerebral semelhante, não fizeram o tipo de escolha de língua oficial feita na África ao sul do Saara.

O outro aspecto da herança colonial que Bamgbose (2011) apresenta é o ensino que continuou sendo feito apenas nas línguas oficiais; isto é, não houve preocupação de elevar o *status* das línguas africanas através de ensino. O autor apresenta como último fator a separação de alguns países africanos em divisões geográficas arbitrárias, decorrentes das fronteiras artificiais criadas como resultado da divisão da África, na Conferência de Berlim de 1884-1885. É sabido que a divisão territorial da África não levou em consideração as particularidades étnicas e linguísticas dos povos de cada região, resultando na separação de grupos pertencentes a mesmas etnias e falantes de línguas comuns, que passaram a integrar países distintos.

Percepção negativa sobre multilinguismo

A diversidade linguística na África tem sido frequentemente apresentada de forma negativa, sendo vista como um problema e uma desvantagem para a comunicação, em comparação com situações em que uma única língua comum é compartilhada, consideradas menos problemáticas. Para Bamgbose (2011), este argumento ignora o fato de que existem línguas faladas por milhões de falantes e que existem muitas pessoas na África que falam duas ou mais línguas, sendo que o bilinguismo ou o multilinguismo de fato ajuda a comunicação entre línguas. Este argumento também ignora a realidade de outros contextos geográficos em que a diversidade linguística não é entendida da mesma maneira como ela é vista na África. Segundo Awobuluyi (2013), a diversidade linguística não é uma característica exclusiva dos países da África ao sul do Saara, uma vez que existe também em outras regiões, como no sudeste asiático. No entanto, quando se discute a adoção de uma língua comum que facilitaria a comunicação no continente africano, geralmente se faz referência a uma língua oficial estrangeira que, como se sabe, é falada por apenas 10 a 20% da população.

Outro argumento comumente utilizado ao se discutir a importância de uma língua comum é de ordem econômica e financeira, pois uma língua compartilhada reduziria os custos associados a traduções, interpretações e à produção de

documentos em várias línguas. Para Bamgbose (2011), embora este argumento possa ser verdade, o custo real é negar ao cidadão o direito de ser ouvido em sua língua, em detrimento da chamada economia de se usar uma língua na qual não se é competente, e que, inevitavelmente, é uma língua oficial importada como o inglês, francês, português ou espanhol.

Na África, poucos países são monolíngues ou bilíngues, entre eles Somália, Burundi e Ruanda. Segundo Bamgbose (2011), a percepção negativa do multilinguismo contribui para diminuir o *status* das línguas africanas, retratando-o como um problema, em vez de uma vantagem.

Níveis de desenvolvimento das línguas

O nível de desenvolvimento em que se encontram as línguas africanas são frequentemente mencionado como obstáculo para uso nos domínios nos quais até agora não são usados, como na ciência e na tecnologia. Este argumento, segundo Bamgbose (2011), levanta a questão, por exemplo, de poder haver a necessidade de passar a língua (oral) para escrita ou de reformar e harmonizar uma ortografia existente, bem como produzir materiais na língua para uso nas escolas.

Dado o contexto histórico das línguas africanas, muitas delas não possuem escrita, contudo, as línguas africanas precisam transitar da oralidade para a escrita, se for necessário fazer um uso maior e mais benéfico delas (Prah, 2010). A escrita tem sido usada como o diferencial entre as línguas africanas e as línguas dos países desenvolvidos. O poder da palavra escrita nos países desenvolvidos e em desenvolvimento torna-se claro à medida em que avançamos em um admirável mundo novo onde as inovações tecnológicas não são mais ocorrências ocasionais ou periódicas, mas frequentes e urgentes manifestações de mentes cientificamente letradas e tecnologicamente fecundas (Prah, 2010, p. 173). Dentro desta visão de relação entre a escrita e o desenvolvimento, fica a ideia de ser impossível dissociar a escrita com o desenvolvimento econômico no mundo atual, e as línguas que não possuem essa tradição terão de fazer a transição da oralidade para escrita para que não fiquem à margem do processo de desenvolvimento.

O elo entre a literacia e o sucesso econômico é uma das pedras angulares das teorias da modernização ocidental [...] Em uma escala coletiva, a literacia é considerada uma condição necessária para a modernização, uma causa e um correlato de crescimento econômico, produtividade, industrialização, riqueza per capita, produto interno bruto e avanços tecnológicos, entre outros avanços (Graff; Duffy, 2007, p. 47)⁵.

No caso das línguas que já possuem uma tradição escrita, pode ser necessário expandir o vocabulário criando terminologia para servir adequadamente em domínios mais amplos. Bamgbose (2011) entende que, embora seja verdade que o uso da língua em domínios mais recentes requer esforços de desenvolvimento de linguagem, a visão comumente aceita de que certas línguas não podem ser usadas para expressar conceitos adequadamente em determinados domínios é falsa, em razão de que não existe um conceito que não possa ser expresso em qualquer língua, desde que a necessidade de o fazer se mantenha válida hoje como antes.

Unidade nacional

A necessidade de criar e manter a unidade nacional é frequentemente justificada pelo uso de uma língua oficial neutra, que não pertença a nenhum dos grupos étnicos do país. Argumenta-se que a presença de diversas línguas divide a população, que deveria ser unida por meio de uma língua única — a língua oficial — conforme considera Bamgbose (2011). Nos países africanos, a língua passou a ser um elemento simbólico que representa a construção de uma nação unida, uma unidade que se pretende alcançar só através de línguas oficiais como Inglês, Francês ou Português. De acordo com Patel (2012),

[...] este ideário é ainda o dominante em vários países africanos, incluindo Moçambique, quando se advoga que o Português, a única língua oficial, no fundo é também a única língua nacional porque só com ela se pode construir uma identidade e unidade nacional. As outras vinte línguas Bantu

⁵ The assumed link between literacy and economic success is one of the cornerstones of Western modernization theories [...] On a collective scale, literacy is thought to be a necessary precondition of modernization, a cause and correlate of economic growth, productivity, industrialization, per capita wealth, gross national product, and technological advances, among other advances (Graff; Duffy, 2007, p. 47).

são designadas como línguas locais ou moçambicanas, mas não são nacionais, então não podem construir uma nação, isto é, só podem ser usadas para criar um espaço de conforto para políticas linguísticas aparentemente inclusivas (Patel, 2012, p. 109-110).

O argumento trazido por Firmino (2002) é também bastante elucidativo sobre a utilização do português como símbolo de unidade nacional em Moçambique.

À medida que a ideologia oficial promove o Português como língua oficial e língua de unidade nacional, a consciência da importância dos valores sócio-simbólicos ligados a esta língua é mais consolidada. Por esta razão, o Português poderá ser actualmente o único símbolo que é amplamente reconhecido pelos moçambicanos e através do qual a ideia de uma nação é imaginada e experimentada, especificamente entre os moçambicanos urbanizados (Firmino, 2002, p. 145).

O argumento por ele apresentado demonstra claramente que, em Moçambique, “[...] no seio da classe dirigente, reinava a ideia de que a nação moçambicana se edificava somente com base na língua portuguesa, língua de unidade nacional, sendo as línguas moçambicanas vistas como uma ameaça à coesão nacional” (Sitoe, 2014, p. 43), e que “[...] uma política multilíngue prejudique o processo em curso da construção da nação e ponha em causa a unidade nacional” (Lopes, 2004, p. 54).

Com essa visão, busca-se construir a utopia de uma nação unificada, cujos alicerces de união se baseiam em princípios de exclusão e no não reconhecimento dos demais grupos linguísticos de matriz africana. A partir desse mito, é compreensível, segundo Bamgbose (2011), que as línguas africanas sejam atribuídas a um *status* inferior em comparação com as línguas oficiais estrangeiras, as quais se acredita promoverem a unidade entre diferentes grupos étnicos em termos de comunicação e governança.

O desafio da unidade nacional é encontrado, de acordo com Bamgbose (2011), em políticas linguísticas destinadas a fomentar o nacionalismo. Um nacionalismo que pretende que as nações sejam etnolinguisticamente homogêneas, onde prevaleça o pensamento de que não se pode criar unidade na diversidade. A constituição da unidade nacional não depende somente da língua, é possível criar unidade nacional levando em conta a diversidade étnica, cultural e linguística (Nhampoca, 2015; Patel, 2006).

Para tanto, existem três abordagens sobre a adoção de língua oficial na África: “as abordagens *status quo*”, “gradualista” e “radical” (Bamgbose, 2011, p. 31-33). De acordo com o autor, abordagem do *status quo* é a favorita porque não perturba a prática existente. Praticamente todos os países africanos imediatamente após a independência adotaram essa abordagem, que envolve a adoção da língua colonial como língua oficial. A abordagem radical, por outro lado, baseia-se em um rompimento instantâneo com a política da língua colonial, através da adoção de uma língua nativa como língua oficial. Uma variante disso é a adoção de uma língua nacional nativa como símbolo da nacionalidade, que pode ou não ser usada ativamente como língua oficial. Quando tal língua nacional não é usada ativamente, a abordagem só difere de uma abordagem de *status quo* no nome, mas não em substância (Bamgbose, 2011). A abordagem gradualista, por sua vez, é um meio termo entre as duas outras abordagens na medida em que evita a retenção estática de uma língua oficial importada, evitando, ao mesmo tempo, a mudança brusca para uma língua para a qual não foram feitos preparativos adequados. Se combinada com uma progressão planejada para uma nova política de linguagem, pode muito bem ser uma opção viável, mas se usada como uma cobertura para continuar o *status quo*, pode se tornar apenas um engano.

Modernização e desenvolvimento econômico

A modernização e o desenvolvimento econômico têm sido um dos desafios dos países africanos tendo em conta o grau de subdesenvolvimento em que eles se encontram. O almejado desenvolvimento econômico passa, sobretudo, pelo desenvolvimento industrial e tecnológico. Sendo criada a crença de que, de acordo com Firmino (2005), uma língua colonial facilita a inevitável integração do país pós-colonial no sistema econômico internacional e “[...] a ideia de que a utilização oficial de várias línguas resultaria num processo antieconômico” (Lopes, 2004, p. 55). Em Moçambique,

[...] tem-se argumentado também que o português, por ser uma língua de comunicação mais ampla, facilita a inevitável integração do país

pós-colonial no sistema econômico internacional. No entanto, uma consideração mais atenta das justificações para o uso de uma língua de comunicação mais ampla como língua oficial levanta algumas questões. É bem sabido que uma língua com tal estatuto nos países pós-coloniais só é acessível uma pequena porção da sociedade e, portanto, tal como as línguas locais, é também um fator de divisão (Sitoe, 2014, p. 44).

De acordo com Bamgbose (2011), a modernização foi um forte fator para diminuir o *status* e os papéis das línguas africanas, porque os líderes africanos pós-independência estavam tão preocupados com a ideia de modernização que estavam dispostos a sacrificar os papéis anteriormente ocupados por suas línguas. Segundo o autor, a crença geral era de que a modernização era melhor alcançada através de uma língua oficial importada.

Prevalece a crença de que não é por via das línguas africanas que a África irá se desenvolver porque as línguas africanas não são capazes de atender os desafios da modernidade. A razão para esta crença, de acordo com Bamgbose (2011), é que a língua oficial já é amplamente usada em ciência e tecnologia e, portanto, a experiência adquirida no uso da língua pode ser copiada, particularmente através da transferência de tecnologia. O que é frequentemente ignorado neste argumento, segundo o autor, é que apenas uma pequena parte da população pode estar envolvida em uma estratégia de desenvolvimento baseada no uso de uma língua oficial não africana. Além disso, é um mal-entendido fundamental, do propósito do desenvolvimento, equacioná-lo estreitamente com o desenvolvimento físico e econômico. A premissa básica deve ser o desenvolvimento sobre pessoas, isto é, desenvolvimento humano (Bamgbose, 2011).

Na maioria dos países não industrializados, a tendência sempre foi conceber o desenvolvimento em um sentido muito restrito, igualando-o apenas ao desenvolvimento socioeconômico. Numa concepção ampla de desenvolvimento, temos que olhar além dos meros índices econômicos e enfatizar o desenvolvimento humano, ou seja, a plena realização do potencial humano e o uso máximo dos recursos da nação para o benefício de todos (Bamgbose, 2011).

Globalização

A globalização tem afetado o *status* das línguas africanas quando se difunde a ideia de que existem línguas apropriadas para a interação no mercado global. E no que diz respeito à escolha da língua, a suposição parece ser que a língua da globalização tem que ser uma língua de comunicação mais ampla, como o inglês, já que é apenas uma linguagem que pode facilitar o máximo acesso e a participação na aldeia global (Bamgbose, 2011).

Phillipson (2001) mostra como a globalização é realizada através de um pequeno número de línguas dominantes, e aponta como as forças por trás da globalização promovem a difusão do inglês, muitas vezes em detrimento das línguas maternas da maioria das pessoas. Embora Phillipson se refira apenas ao inglês que é a língua mais difundida globalmente, na África, para além do inglês, tem havido investimentos em outras línguas europeias como o francês, o alemão através de instituições como a *British Council*, a *Alliance Française*, o *Goethe Institute*, que têm construído centros na África e investem no ensino de seus idiomas e, inclusive, atribuindo bolsas de estudos para os africanos irem estudar essas línguas na Europa.

Phillipson (2011) chama ainda a atenção para o papel do Banco Mundial no apoio retórico às línguas locais, mas canaliza seus recursos para o fortalecimento das línguas europeias na África. Contudo, as línguas africanas ficam para trás, por um lado pelo fraco investimento por parte dos governos africanos e as instituições que deviam financiar a promoção e desenvolvimento dessas línguas e, por outro lado, pela crença instituída de que as línguas africanas não estão em condições de serem usadas no mercado global. Para o autor, o exercício colonial não era meramente sobre a conquista de territórios e economias, mas também sobre a conquista de mentes. Durante a transição da era colonial para a pós-colonial, o governo britânico viu a vantagem de promover o inglês para uma língua mundial. Da mesma forma, o exercício de globalização de hoje é também sobre conquistar mentes. Ao longo de todo o mundo pós-colonial, o inglês tem sido comercializado como a linguagem da comunicação e compreensão internacional, desenvolvimento econômico e unidade nacional (Phillipson, 2001).

Atitude linguística negativa

Durante todo o período colonial, as línguas africanas não eram consideradas línguas, mas sim, dialetos, como fizemos menção ao longo deste trabalho. A política de hierarquização das línguas imposta no período colonial continuou no período pós-colonial, as elites africanas se apropriaram das línguas oficiais que passaram a ser um instrumento de acesso ao poder. A atitude negativa sobre as línguas africanas ainda é bastante presente na África, onde o normal seria haver cada vez mais uso da língua materna e orgulho por esse uso. Dois tipos de atitudes negativas sobre as línguas africanas podemos encontrar na África hoje: a mais comum dessas atitudes, de acordo com Bamgbose (2011), é a das elites que preferem a educação na língua importada para seus filhos, pois para o autor, não é de surpreender que os pais pertencentes a grupos sociais inferiores também desejem educação semelhante para seus filhos; outro tipo de atitude negativa segundo o autor é aquela apresentada por falantes de línguas minoritárias, dado que não é incomum encontrar falantes de línguas minoritárias denegrindo suas próprias línguas e preferindo uma das principais línguas do país ou uma língua oficial importada.

Como solução para esta situação seria o que afirma Phillipson (1996, p. 160-161), a necessidade de cada Estado-Membro, como parte do seu programa nacional, promover as línguas africanas devidamente prescritas como línguas oficiais e realizar uma campanha sustentada de educar ou reeducar a população nacional sobre a utilidade prática inerente, ou potencial das línguas africanas, para contrariar as atuais atitudes negativas generalizadas na África em relação a essas línguas.

Política e planejamento linguístico defeituosos

As políticas e o planejamento linguístico dos países africanos não visam melhorar o *status* em que as línguas africanas se encontram porque não levam em consideração a realidade multilíngue dos países africanos, garantindo o direito de uso de todas as línguas africanas na educação. De acordo com Bamgbose (2011),

por um lado vemos uma ausência de política linguística sobre essas línguas, que por si já é uma política, e, por outro lado vemos um planejamento linguístico defeituoso que muitas vezes serve de propaganda política e não à implementação de uma política linguística favorável às línguas africanas, e que, no final, acaba prejudicando essas línguas, mantendo-as na situação em que se encontram. O autor considera que é comum ver casos em que é introduzido no programa o ensino de línguas nativas, no entanto, não existem professores formados capazes de dar aulas nessas línguas e nem material didático que vise a sua implementação, portanto não passa de mera propaganda política. Para Bamgbose (2011), mesmo quando há uma boa política em favor de uma língua nativa africana, a falta de indicação de etapas e procedimentos de implementação, bem como a provisão adequada de fundos, podem prejudicar a política.

A falta de recursos é o principal argumento utilizado pelos governos africanos para justificar a não implementação do planejamento linguístico voltado às línguas africanas. No entanto, não passa de um discurso político. Concordamos com Bamgbose ao afirmar que uma das principais causas do fracasso na implementação das políticas linguísticas é a falta de vontade política, pois, ao contrário dos projetos que imediatamente atraem atenção e geram dividendos políticos, o financiamento para a implementação de políticas linguísticas é pouco visível e não promove fama política.

Enquanto a visão dos políticos africanos sobre as línguas africanas não melhorar, também não melhorará a situação das línguas africanas. Boas políticas e um bom planejamento podem mudar o cenário em que as línguas africanas se encontram, garantindo aos povos africanos o acesso à educação através das suas línguas nativas.

Considerações finais

Compreender a situação linguística africana atual passa, antes, por entender a política linguística vigente durante o período colonial nesses países. A prática colonial consistia em impedir que as línguas nativas africanas fossem utilizadas

como meio de ensino, especialmente nas colônias portuguesa e francesa, ao mesmo tempo, em que eram proibidas em instituições e ambientes urbanos. Esse ato coisificava os africanos e suas línguas, e esperava-se que, após as independências, os novos governos africanos tomassem iniciativas visando corrigir os erros cometidos durante o período colonial. Infelizmente, essa correção não ocorreu; nos casos em que houve alguma ação, foi incipiente e tardia, apesar de terem surgido algumas iniciativas para utilizar as línguas africanas como meio de ensino. O monolinguismo passou a ser visto como uma solução para a inibição da diversidade linguística africana em nome da unidade nacional, um monolinguismo baseado em línguas europeias, o que contribuiu e continua a contribuir para a marginalização de muitas línguas africanas.

Referências

- ALBAUGH, E. The colonial image reversed: language preferences and policy outcomes in African education. *International Studies Quarterly*, Oxford, v. 53, n. 2, p. 389-420, June 2004. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2478.2009.00539.x>.
- ANGOLA. Decreto n. 77, de 17 de dezembro de 1921. Proíbe o ensino de línguas indígenas e estrangeiras. *Boletim Oficial da Província de Angola*: série 1, n. 50, Luanda, 17 dez. 1921.
- ANSRE, G. The use of indigenous languages in education in sub-Saharan Africa: presuppositions, lessons, and prospects. In: JAMES, A. E. (org.). *International dimensions of bilingual education*. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1978. p. 285-301.
- AWOBULUYI, O. Official language policies in Africa. In: OLANIKE, O. O.; KAREN, W. S. (org.). *Selected proceedings of the 43rd annual conference on African linguistics*. Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 2013. p. 68-76.
- BAMGBOSE, A. African languages today: the challenge of and prospects for empowerment under globalization. In: EYAMBA, G. B.; SHOSTED, R. K.; AYALEW, B. T. (org.). *Selected proceedings of the 40th annual conference on African linguistics*. Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 2011. p. 1-14.
- BRENZINGER, M. *Language death: factual and theoretical explorations with special reference to East Africa*. New York: Mouton de Gruyter, 1992.
- CRISTOVÃO, F. *Dicionário temático da lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 2005.

DAVESNE, A. La langue française, langue de civilisation en A.O.F. Saint-Louis: Imprimerie du Gouvernement du Sénégal, 1933.

FIRMINO, G. *A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Texto Editores, 2005.

FIRMINO, G. *A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2002.

GRAFF, H. J.; DUFFY, J. Literacy myths. In: STREET, B. V.; HORNBERGER, N. (org.). *Encyclopedia of language and education*. New York: Springer, 2007. v. 2, p.41-52.

JONES, T. J. *Education in Africa: a study of West, South, and Equatorial Africa by the african education commission, under the auspices of the phelps-stokes fund and the foreign mission societies of North America and Europe*. New York: Phelps-Stokes Fund, 1925.

LOPES, A. *A batalha das línguas: perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique*. Maputo: Fundação Universitária; UEM, 2004.

NHAMPOCA, E. A. C. Ensino bilíngue em Moçambique: introdução e percursos. *Work. Papers em Linguística*, Trindade, v. 16, n. 2, p. 82-100, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2015v16n2p82>.

OBENG, S. G.; ADEGBIA, E. Sub-Saharan Africa. In: FISHMAN, J. (ed.). *Handbook of language and ethnic identity*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 353-368.

OREKAN, G. Language policy and educational development in Africa: the case of Nigeria. *Scottish Languages Review*, Glasgow, n. 21, p. 17-26, 2010. Disponível em: https://dev.scilt.org.uk/Portals/24/Library/slr/issues/21/21_Orekan.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2024.

PATEL, S. A. *Olhares sobre a educação bilíngue e seus professores numa região de Moçambique*. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1603329>. Acesso em: 7 de set. 2024.

PATEL, S. A. *Um olhar para a formação de professores de educação bilíngue em Moçambique: foco na construção de posicionamentos a partir do locus de enunciação e atuação*. 2012. 266 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1617669>. Acesso em: 7 de set. 2024.

PETTER, M. As línguas no contexto social africano. *In*: PETTER, M. (org.). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 185-202.

PHILLIPSON, R. Phillipson, R. *Linguistic Imperialism Continued*. New York: Routledge, 2011.

PHILLIPSON, R. English for globalisation or for the world's people?. *International Review of Education*, Berlim, v. 47, n. 3/4, p. 185-200, July 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3445340>. Acesso em: 13 de abril de 2024.

PHILLIPSON, R. Linguistic imperialism: african perspectives. *ELT Journal*, Oxford, v. 50, n. 2, p. 160-167, Apr. 1996. DOI: <https://doi.org/10.1093/elt/50.2.160>.

PRAH, K. K. Multilingualism in urban Africa: bane or blessing. *Journal of Multicultural Discourses*, Abingdon, v. 5, n. 2, p. 169-182, July 2010. DOI 10.1080/17447143.2010.491916.

SITOE, B. Línguas moçambicanas, como estão?. *In*: SEVERO, C. G.; SITOE, B.; PEDRO, J. D. *Estão as línguas nacionais em perigo?*. Lisboa: Escolar Editora, 2014. p. 37-75.

UNESCO. *Why and how Africa should invest in African languages and multilingual education: an evidence- and practice-based policy advocacy brief*. Hamburg: UNESCO Institute for Lifelong Learning, 2010.

WATSON, K. Language, education and ethnicity: whose rights will prevail in an age of globalisation?. *International Journal of Educational Development*, Amsterdam, v. 27, n. 3, p. 252-265, May 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2006.10.015>.

Recebido em: 30 out. 2024
Aprovado em: 08 dez. 2024

Revisor de língua portuguesa: Paulo Roberto Braga Junior
Revisor de língua inglesa: Juliano Brambilla Neri e Gabrieli Rombaldi
Revisora de língua espanhola: Laura Marques Sobrinho